



RELATÓRIO DE GESTÃO

0 – INTRODUÇÃO

Através do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi aprovado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Este sistema de informação contabilística apresenta-se como um moderno sistema de contas que, integrando a contabilidade orçamental, a patrimonial e a de custos, constitui um valioso e importante instrumento de apoio à gestão das autarquias locais.

1 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Câmara Municipal da Ribeira Grande que incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, a saber:

GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial	Final	Valor	Coef.
		€	€	€	%
1.	Funções gerais	569 822,00	499 387,87	484 645,22	97,05
1.1.1	Administração geral	482 021,00	421 587,86	406 845,22	96,50
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	87 801,00	77 800,01	77 800,00	100,00
2.	Funções sociais	7 581 334,00	6 644 301,81	6 487 415,62	97,64
2.1.1	Ensino não superior	598 611,00	644 123,86	615 507,26	95,56
2.3.2	Ação social	213 202,00	154 437,19	152 067,96	98,47
2.4.1	Habitação	1 282 699,00	1 464 173,14	1 462 320,44	99,87
2.4.2	Ordenamento do território	501 535,00	352 660,13	352 055,50	99,83
2.4.3	Saneamento	1 076 886,00	677 523,03	645 328,89	95,25
2.4.4	Abastecimento de água	402 556,00	208 073,75	193 869,09	93,17
2.4.5	Resíduos sólidos	1 146 163,00	1 540 108,70	1 505 458,01	97,75
2.4.6	Proteção do meio ambiente e proteção da natureza	343 209,00	315 994,04	290 710,52	92,00
2.5.1	Cultura	120 205,00	49 133,06	46 516,68	94,67
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1 726 186,00	1 085 924,67	1 083 891,03	99,81
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	170 082,00	152 150,24	139 690,24	91,81
3.	Funções económicas	2 818 078,00	3 798 163,44	3 167 026,36	83,38
3.2.0	Indústria e energia	99 184,00	38 054,43	38 002,79	99,86
3.3.1	Transportes rodoviários	2 237 914,00	2 761 502,14	2 251 987,04	81,55
3.4.1	Mercados e feiras	45 981,00	43 167,43	37 434,03	86,72
3.4.2	Turismo	419 314,00	933 613,30	829 608,63	88,86
3.5.0	Outras Funções Económicas	15 685,00	21 826,14	9 993,87	45,79
4.	Outras funções	382 580,00	572 580,00	546 769,06	95,49
4.2.1	Transferência entre administrações	382 580,00	572 580,00	546 769,06	95,49
TOTAL		11 351 814,00	11 514 433,12	10 685 856,26	92,80

Atingiu-se um índice de execução de 92,80% e a taxa de execução física das Grandes Opções do Plano em termos de faturação, é de **94,02%**.





Funções Gerais – Objetivo 1

Administração geral

No ano de 2017, a despesa inerente à conservação do vasto património municipal rondou os 407.000 euros, onde se inclui o contínuo investimento na informatização dos serviços.

Na Proteção Civil e Luta Contra Incêndios destacou-se o apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande para fazer face a despesas de funcionamento.

Funções Sociais – Objetivo 2

Ensino não superior

O ensino tem merecido especial relevância nos últimos anos, tendo-se investido cerca de 615.000 euros em 2017, mais 85.000 euros em relação ao ano de 2016.

Manteve-se a delegação de competências nas juntas de freguesia para pequenas reparações nos edifícios do primeiro ciclo, mas também realizaram-se intervenções de reabilitação nas escolas da Lombinha da Maia e do Espírito Santo, na Matriz (ficaram afetas a novas valências), na escola da freguesia do Porto Formoso e na D. Paulo José Tavares em Rabo de Peixe.

Nesta rubrica destaca-se o montante investido em projetos extra-curriculares, como por exemplo o Sala Extra, que permite apoiar os alunos do primeiro ciclo sinalizados pelos professores para um apoio de aprendizagem mais específico, bem como o projeto de teatro comunitário e de artes circenses desenvolvido em turmas do primeiro ciclo.

A rede de Atl's continuou a ser uma aposta da autarquia tendo se reforçado o apoio para se manter 13 salas em funcionamento no concelho, com capacidade para 275 alunos. Essa medida permitiu ainda contratar cerca de 25 pessoas, através das instituições que têm protocolo com a autarquia.

Ação Social

Em 2017 continuamos a dar prioridade à ação social. Foram investidos cerca de 152.000 euros que permitiram ajudar àqueles que mais necessitam.

Nesta área destaca-se o apoio ao programa de habitação degradada e o fundo de emergência social.

Para além disso atribuiu-se vinte bolsas de estudo para estudantes que estão a frequentar o ensino superior.

Ordenamento do Território

Durante o ano de 2017 interveio-se no Largo Padre António Vieira em Rabo de Peixe no montante de 317.526,53 euros, iniciando-se desta forma a reabilitação do centro daquela vila. Nesta rubrica destaque ainda para a conclusão do Plano Integrado de Regeneração Urbana. Trata-se de um documento de especial relevância porque é fundamental na submissão de novas candidaturas ao programa Açores 2020 ao nível da regeneração urbana.

Saneamento e abastecimento de Água

A aposta na melhoria da qualidade de vida dos munícipes e a preocupação ambiental são preocupações constantes na nossa ação diária. Nesse sentido, têm sido feitos investimentos importantes para colmatar essas necessidades. Em 2017 foi possível uma série de empreitadas com destaque para:

- Rua do Outeiro na Lomba da Maia;
- Rua dos Apóstolos na Conceição;
- Avenida da Paz, cuja obra ficará concluída em 2018.





Resíduos Sólidos

A aposta na recolha seletiva tem-se revelado bastante positiva, não só por permitir a valorização daqueles resíduos, mas porque representa uma diminuição nos resíduos indiferenciados e consequentemente menos custos para o município.

Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

Com a vinda de maior fluxo turístico e tendo o nosso concelho como imagem de marca as belezas naturais há que ter a preocupação de se apresentar o nosso território cuidado, limpo e bem preservado. Nesse aspeto tem-se investido fortemente em serviços de limpeza nos nossos jardins, trilhos e locais emblemáticos como a Caldeira Velha e Caldeiras da Ribeira Grande. Destaque ainda para a conclusão das obras no novo canil do concelho e para as obras no parque de lazer de Santa Bárbara.

Cultura

Destacam-se o apoio às associações recreativas e culturais do concelho, as atividades culturais levadas a efeito no Teatro Ribeiragrاندense, bem como em várias freguesias, o apoio a iniciativas editoriais e as ações nos museus municipais e Biblioteca Municipal "Daniel de Sá".

Desporto, Recreio e Lazer

Incentivar a população para hábitos de vida saudáveis tem merecido especial atenção por este executivo camarário quer seja através do apoio direto às várias organizações desportivas, quer seja através de eventos desportivos.

Para além disso tem-se investido na manutenção e melhoria dos espaços desportivos, como é o caso do campo de jogos José da Silva Calisto no Pico da Pedra, onde se concluiu a empreitada da construção dos novos balneários.

Outras Atividades Cívicas e Religiosas

Percebendo a sua importância para a dinâmica social e recreativa das várias localidades, as associações sediadas no nosso concelho têm merecido especial atenção por parte desta autarquia. Desde as filarmónicas, aos escuteiros e às comissões fabriqueiras das paróquias, tem sido possível protocolar diversos apoios para fazer face às suas necessidades de financiamento em projetos que têm dinamizado as nossas localidades, tendo sido transferido o montante global a rondar os 85.000 euros.

Destaque ainda para a implementação do regulamento de apoio às IPSS do concelho que permitiu apoiar as mesmas em cerca de 37.800 euros.

Funções Económicas – Objetivo 3

Indústria e energia

Este programa, que inclui a iluminação de espaços públicos, centro histórico e monumentos, atingiu em 2017 38.000 euros de despesa paga.

Transportes rodoviários

A reabilitação de vias e a construção de novos arruamentos tem merecido especial atenção por esta autarquia. Em 2017 foram investidos cerca de 2.200.000 euros, onde se destacam as pavimentações nos arruamentos que foram alvo de obras de saneamento básico referidas na rubrica "saneamento".





Merece ainda destaque nesta rubrica a reparação de caminhos municipais no valor a rondar os 730.000 euros.

Turismo

A Ribeira Grande tem sabido tirar partido do maior fluxo turístico que se assiste em São Miguel. Prova disso tem sido os vários investimentos privados que têm aparecido no concelho, o que permite concluir que a estratégia implementada pela autarquia foi acertada.

Essa estratégia, explanada no plano estratégico de turismo do concelho, tem como medidas apostar-se em eventos que possam gerar dinâmicas locais importantes para a geração de mais receitas para o tecido empresarial local e dessa forma a criação de emprego sustentado.

Outras Funções – Objetivo 4

Transferências entre Administrações

A ligação próxima às juntas de freguesia tem permitido estar a par da realidade e das reais necessidades das catorze freguesias que compõem este concelho. Por isso, sempre que é possível, esta autarquia tem delegado competências nas juntas de freguesia para a concretização de obras fundamentais para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Em 2017 foi possível, por via dessa estratégia, fazer-se contratos interadministrativos com as freguesias de São Brás, Lomba da Maia e Fenais da Ajuda para a concretização dos projetos vencedores do orçamento participativo de 2017.





1.1.1 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2017, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes aos investimentos programados e executados em cada um dos grandes setores estruturais, a saber:

INVESTIMENTOS POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial	Final	Valor	Coef.
		€	€	€	%
1.	Funções gerais	492 022,00	421 587,87	406 845,22	96,50
1.1.1	Administração geral	482 021,00	421 587,86	406 845,22	96,50
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	10 001,00	0,01	0,00	0,00
2.	Funções sociais	3 758 519,00	2 637 679,29	2 562 592,42	97,15
2.4.1	Habituação	80 001,00	261 475,54	259 622,84	99,29
2.4.2	Ordenamento do território	501 535,00	352 660,13	352 055,50	99,83
2.4.3	Saneamento	1 045 886,00	648 632,70	618 660,89	95,38
2.4.4	Abastecimento de água	379 556,00	183 010,49	172 960,00	94,51
2.4.5	Resíduos sólidos	28 663,00	19 193,93	19 193,85	100,00
2.4.6	Protecção do meio ambiente e protecção da natureza	343 209,00	315 994,04	290 710,52	92,00
2.5.1	Cultura	50 000,00	8 499,99	8 499,99	100,00
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1 321 507,00	825 876,86	823 843,22	99,75
2.5.3	Outras actividades cívicas e religiosas	8 162,00	22 335,61	17 045,61	76,32
3.	Funções económicas	2 402 393,00	2 863 615,02	2 346 244,46	81,93
3.2.0	Indústria e energia	99 184,00	38 054,43	38 002,79	99,86
3.3.1	Transportes rodoviários	2 237 914,00	2 761 502,14	2 251 987,04	81,55
3.4.1	Mercados e feiras	45 981,00	43 167,43	37 434,03	86,72
3.4.2	Turismo	19 314,00	20 891,02	18 820,60	90,09
TOTAL		6 652 934,00	5 922 882,18	5 315 682,10	89,75

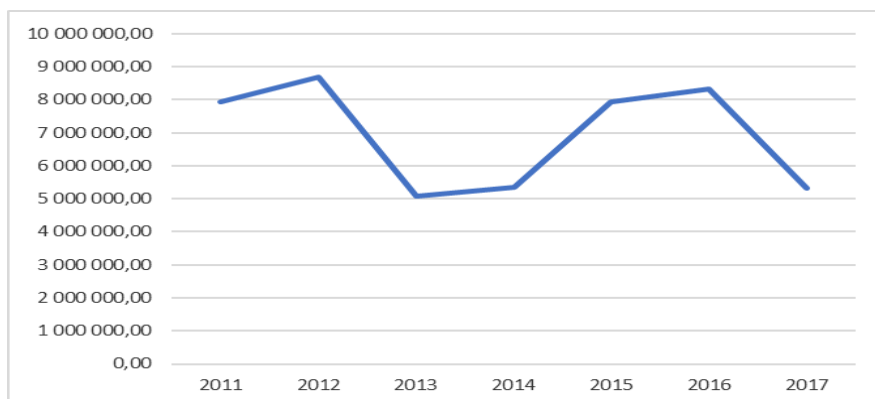
Atingiu-se o índice de execução de 89,75% e a taxa de execução física dos Investimentos em termos de faturação em **90,52%**.

EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	€	€	€	€	€	€	€
Investimento pago	7 923 121,19	8 678 106,77	5 096 397,93	5 358 228,70	7 941 305,64	8 321 490,08	5 315 682,10



EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



Os valores expressos refletem uma diminuição do investimento de 36,12% em relação a 2016, **atingindo em 2017, o valor de 5,3 milhões de euros.**

1.1.2 – ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Na Execução Anual das Atividades mais relevantes, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2017, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes às atividades programadas e executadas em cada um dos grandes setores estruturais:

ATIVIDADES MAIS RELEVANTES POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial	Final	Valor	Coef.
		€	€	€	%
1.	Funções gerais	77 800,00	77 800,00	77 800,00	100,00
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	77 800,00	77 800,00	77 800,00	100,00
2.	Funções sociais	3 822 815,00	4 006 622,52	3 924 823,20	97,96
2.1.1	Ensino não superior	598 611,00	644 123,86	615 507,26	95,56
2.3.2	Acção social	213 202,00	154 437,19	152 067,96	98,47
2.4.1	Habitação	1 202 698,00	1 202 697,60	1 202 697,60	100,00
2.4.3	Saneamento	31 000,00	28 890,33	26 668,00	92,31
2.4.4	Abastecimento de água	23 000,00	25 063,26	20 909,09	83,43
2.4.5	Resíduos sólidos	1 117 500,00	1 520 914,77	1 486 264,16	97,72
2.5.1	Cultura	70 205,00	40 633,07	38 016,69	93,56
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	404 679,00	260 047,81	260 047,81	100,00
2.5.3	Outras actividades cívicas e religiosas	161 920,00	129 814,63	122 644,63	94,48
3.	Funções económicas	415 685,00	934 548,42	820 781,90	87,83
3.4.2	Turismo	400 000,00	912 722,28	810 788,03	88,83
3.5.0	Outras Funções Económicas	15 685,00	21 826,14	9 993,87	45,79
4.	Outras funções	382 580,00	572 580,00	546 769,06	95,49
4.2.1	Transferência entre administrações	382 580,00	572 580,00	546 769,06	95,49
TOTAL		4 698 880,00	5 591 550,94	5 370 174,16	96,04

Atingiu-se o valor de 96,04% e uma taxa de execução física das Atividades Mais Relevantes em termos de faturação de **96,04%**.



1.2 – ORÇAMENTO

Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se no anexo a este relatório, os mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.

1.2.1 – ORÇAMENTO DA RECEITA

1.2.1.1 – RECEITAS CORRENTES

Composição	Executado* 2016	Previsto 2017		Executado* 2017	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
1 Impostos Diretos	3.046.220,51	3 785 545,00	3 785 545,00	3 118 267,31	82,373
2 Impostos Indiretos	62.405,89	79 766,00	79 766,00	39 757,08	49,842
4 Taxas, Multas Outras Penalidades	73.521,84	103 188,00	103 188,00	141 307,89	136,942
5 Rendimentos de Propriedade	28.740,21	445 100,00	445 100,00	457 078,48	102,691
6 Transferências Correntes	9.437.641,88	9 334 625,00	9 334 625,00	9 422 576,74	100,942
7 Venda Bens e Serviços Correntes	4.261.331,91	4 202 790,00	4 122 061,45	4 129 685,34	100,185
8 Outras Receitas Correntes	32.944,08	6 001,00	6 001,00	92 180,89	1 536,092
Total das Receitas Correntes	16.942.806,32	17 957 015,00	17 876 286,45	17 400 853,73	97,340

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

As Receitas Correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira das autarquias, já que se trata de um fluxo monetário estável.

Conforme se pode observar na composição da receita, os seus elementos primordiais são os Impostos Diretos, as Transferências Correntes e a Venda de Bens e Serviços Correntes que representam 95,80% das Receitas Correntes.

O índice de execução atingido das receitas correntes cobradas brutas é de 97,340%.

O índice de execução atingido das receitas correntes cobradas líquidas é de 97,066%.

De 2016 para 2017 o valor das receitas correntes aumentou 2,70%. Este aumento verifica-se essencialmente nos rendimentos de propriedade da EDA pela utilização de bens do domínio público e privado municipal (2016: 415.718,00€; 2017: 420 347,00€), nas Transferências Correntes do FEF (2016: 7.036.435,00€; 2017: 7.376.316,00€), e nas outras receitas correntes (2016: 32.944,08€; 2017: 92.180,89€).





1.2.1.2 – RECEITAS DE CAPITAL

Composição	Executado* 2016	Previsto 2017		Executado* 2017	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
9 Venda Bens Investimento	58.095,60	77 008,00	77 008,00	481 552,08	625,327
10 Transferências de Capital	1.066.340,52	1 871 947,00	1 095 084,00	1 668 383,45	152,352
12 Passivos Financeiros	1.638.094,00	195 000,00	891 888,34	766 660,60	85,959
13 Outras Receitas de Capital	354.594,02	50 030,00	50 030,00	0,00	0,000
Total das Receitas de Capital	3.117.124,14	2 193 985,00	2 114 010,34	2 916 596,13	137,965

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

As Transferências de Capital, que perfazem 57,20% das Receitas de Capital, resultam, fundamentalmente, das Transferências do Orçamento do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro), e da Região Autónoma dos Açores (Contratos ARAAL).

No que concerne aos Passivos Financeiros que representam 26,29 % das Receitas de Capital, reportam-se à utilização da parte restante do empréstimo de médio e longo prazo para 2016 para conclusão do processo de aquisição de prédios para o Passeio Atlântico no valor de 579.800,00€ e de parte do empréstimo de médio e longo prazo para 2017 para a obra de construção do Saneamento Básico da Frente Mar no valor de 198.772,13€, dos quais 11.911,53€ deram entrada na conta da CEM em finais de 2017 mas a nível orçamental só deram entrada em inícios de 2018.

O índice de execução atingido das receitas de capital cobradas brutas é de 137,965%.

O índice de execução atingido das receitas de capital cobradas líquidas é de 137,880%.

De 2016 para 2017 o valor das receitas de capital diminuiu 6,43%. Esta diminuição verifica-se essencialmente nos Passivos Financeiros (2016: 1.638.094,00€; 2017: 766 660,60€).

1.2.1.3 – OUTRAS RECEITAS

Composição	Executado* 2016	Previsto 2017		Executado* 2017	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	3 754,84	5 000,00	5 000,00	8 225,70	164,514
Total de Reposições não abatidas	3 754,84	5 000,00	5 000,00	8 225,70	164,514

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

O índice de execução atingido das reposições não abatidas nos pagamentos é de 164,514%.





Composição	Executado* 2016	Previsto 2017		Executado* 2017	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
16 Saldo da gerência anterior	1 785 067,58	0,00	80 728,55	80 728,55	100,000
Total Saldo da Gerência Anterior	1 785 067,58	0,00	80 728,55	80 728,55	100,000

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

O índice de execução atingido é de 100,000%.

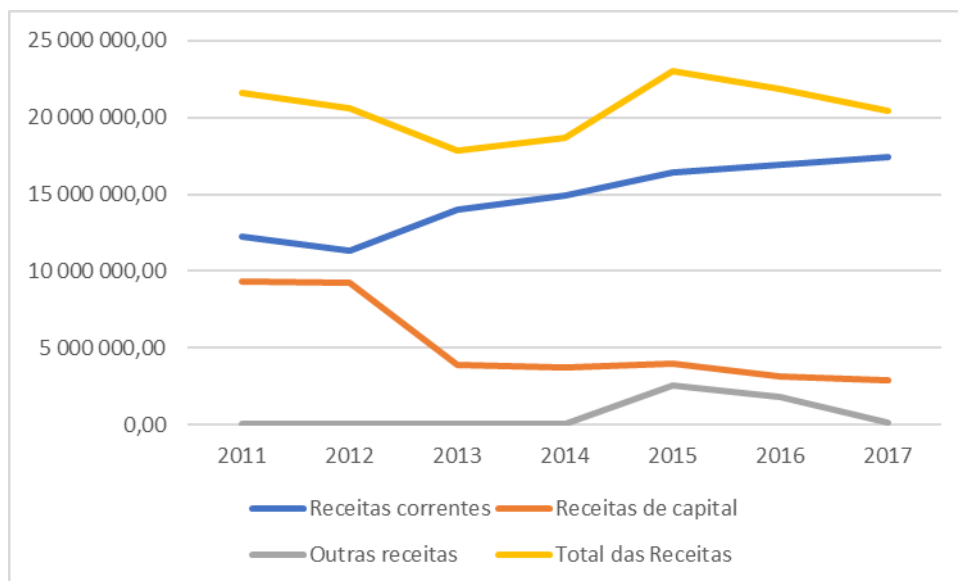
De 2016 para 2017 o valor do saldo da gerência anterior diminuiu 95,03%, devido à diminuição do saldo da conta de gerência de 2015 para 2016 em 1.704.339,03€ (2015: 1.785.067,58€; 2016: 80.728,55€).

1.2.1.4 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Designação	2011 €	2012 €	2013 €	2014 €	2015 €	2016 €	2017 €
Receitas correntes	12 283 549,17	11 300 776,06	13 962 518,70	14 919 602,79	16 445 253,17	16 942 806,32	17 400 853,73
Receitas de capital	9 296 716,73	9 257 350,50	3 847 823,96	3 750 832,21	3 969 520,07	3 117 124,14	2 916 596,13
Outras receitas	4 947,52	16 440,00	3 985,98	916,89	2 589 878,46	1 788 822,42	88 954,25
Total das Receitas	21 585 213,42	20 574 566,56	17 814 328,64	18 671 351,89	23 004 651,70	21 848 752,88	20 406 404,11



EVOLUÇÃO DAS RECEITAS



O índice de execução das receitas atingido é de 101,392%.

1.2.2 – ORÇAMENTO DA DESPESA

1.2.2.1– DESPESAS CORRENTES

Composição	Executado* 2016	Previsto 2017		Executado* 2017	
	Valor €	Inicial €	Final €	Valor €	Coef. %
1 Despesas com o Pessoal	5 146 872,98	5 808 290,00	4 882 800,66	4 845 310,06	99,232
2 Aquisição Bens e Serviços	4 554 711,15	4 877 322,00	5 308 610,33	5 118 669,46	96,422
3 Juros e Outros Encargos	119 972,75	144 300,00	122 967,92	119 847,51	97,462
4 Transferências Correntes	217 297,56	234 083,00	661 606,54	612 388,26	92,561
5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
6 Outras Despesas Correntes	394 139,09	253 000,00	341 009,55	328 040,01	96,197
Total Correntes Despesas	10 432 993,53	11 316 995,00	11 316 995,00	11 024 255,30	97,413

As Despesas Correntes têm um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, verificando-se um aumento do seu valor (+5,67%).

Como se pode verificar, as Despesas com o Pessoal, acusaram um peso de 25,45% no Total da Despesa e a Aquisição de Bens e Serviços influenciaram as Despesas Totais em 26,89%.

O índice de execução atingido é de 97,413%.



1.2.2.2 – DESPESAS DE CAPITAL

Composição	Executado* 2016	Previsto 2017		Executado* 2017	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
7 Aquisição de Bens de Capital	8 321 490,08	6 652 934,00	5 922 882,18	5 315 682,10	89,748
8 Transferências de Capital	1 169 035,76	778 001,00	915 845,63	882 863,69	96,399
9 Ativos Financeiros	121 325,00	121 325,00	121 325,00	121 325,00	100,000
10 Passivos Financeiros	915 148,09	886 745,00	886 255,25	883 546,18	99,694
11 Outras Despesas de Capital	808 031,87	400 000,00	912 722,28	810 788,03	88,832
Total Despesas de Capital	11 335 030,80	8 839 005,00	8 759 030,34	8 014 205,00	91,496

As Despesas de Capital justificam-se, fundamentalmente, pelo engrandecimento dos investimentos efetuados na gerência e pelos passivos financeiros (amortização de empréstimos bancários).

O índice de execução atingido é de 91,496%.

De 2016 para 2017 o valor das despesas de capital diminuiu aumentou 29,30%.

Face ao significado da parcela dos Investimentos, importa referir que o seu montante representa 27,92% da totalidade da despesa e 66,33% das despesas de capital.

1.2.2.3 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

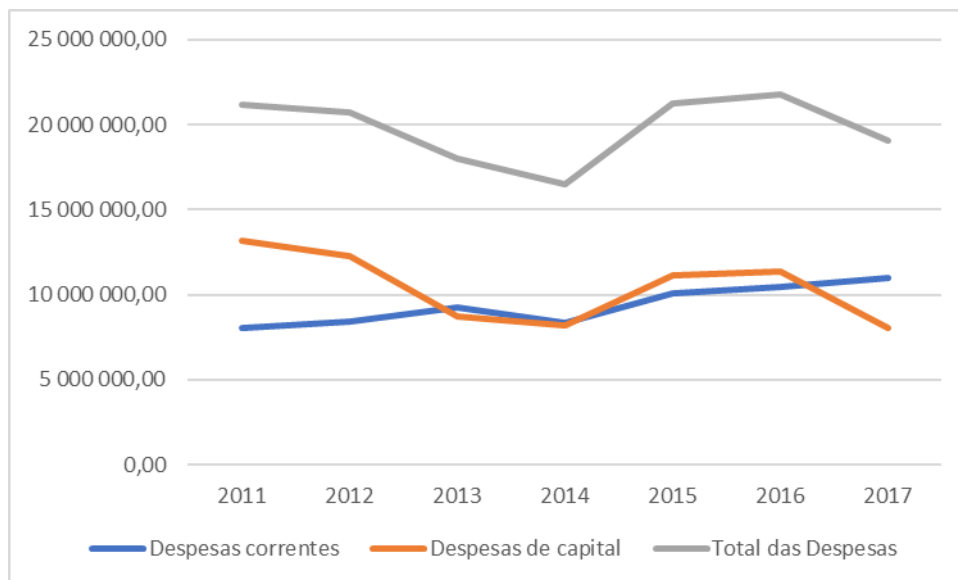
Apresentar-se-á, de seguida, a evolução das Despesas Correntes e de Capital.

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	€	€	€	€	€	€	€
Despesas correntes	8 046 130,56	8 426 252,20	9 248 354,61	8 324 363,88	10 086 041,75	10 432 993,53	11 024 255,30
Despesas de capital	13 157 901,82	12 291 238,69	8 733 679,68	8 188 245,52	11 133 542,37	11 335 030,80	8 014 205,00
Total das Despesas	21 204 032,38	20 717 490,89	17 982 034,29	16 512 609,40	21 219 584,12	21 768 024,33	19 038 460,30





EVOLUÇÃO DAS DESPESAS



O índice de execução das despesas atingido é de 94,832%.

1.2.3 – ANÁLISE GLOBAL

1.2.3.4 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL

As Receitas e as Despesas, Correntes e de Capital, apresentam a seguinte estrutura:

Descrição	Valor executado	%
Receitas Correntes	17 400 853,73	85,27
Receitas de Capital	2 916 596,13	14,29
Receitas Outras	88 954,25	0,44
TOTAL DA RECEITA	20 406 404,11	100,00
Despesas Correntes	11 024 255,30	57,91
Despesas de Capital	8 014 205,00	42,09
TOTAL DA DESPESA	19 038 460,30	100,00

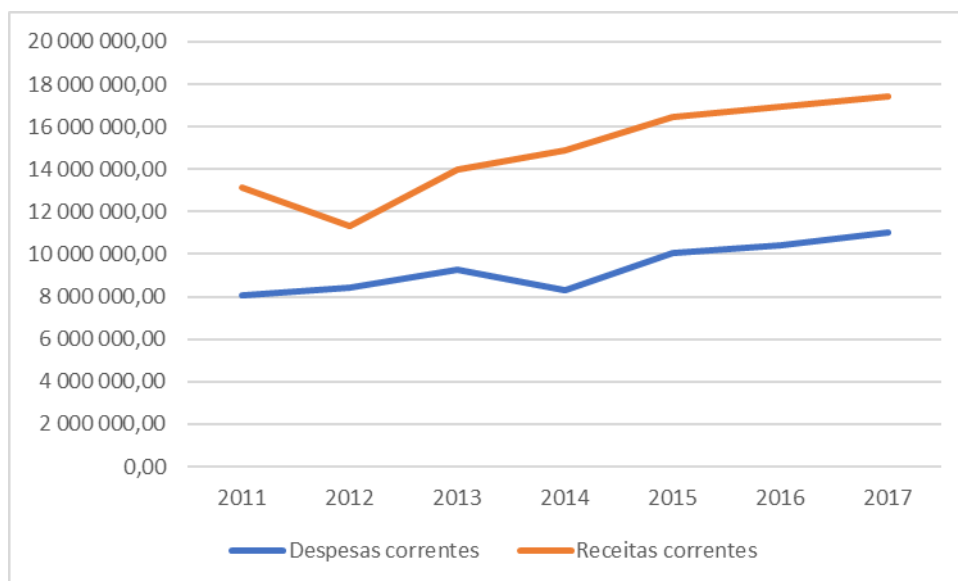
O aspeto mais relevante que se extrai da estrutura orçamental é o facto das **receitas correntes superarem as despesas correntes em 6.376.598,43 euros, suportando, desta forma, uma parcela significativa dos investimentos.**





Designação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	€	€	€	€	€	€	€
Despesas correntes	8 046 130,56	8 426 252,20	9 248 354,61	8 324 363,88	10 086 041,75	10 432 993,53	11 024 255,30
Receitas correntes	13 157 901,82	11 300 776,06	13 962 518,70	14 919 602,79	16 445 253,17	16 942 806,32	17 400 853,73

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS CORRENTES



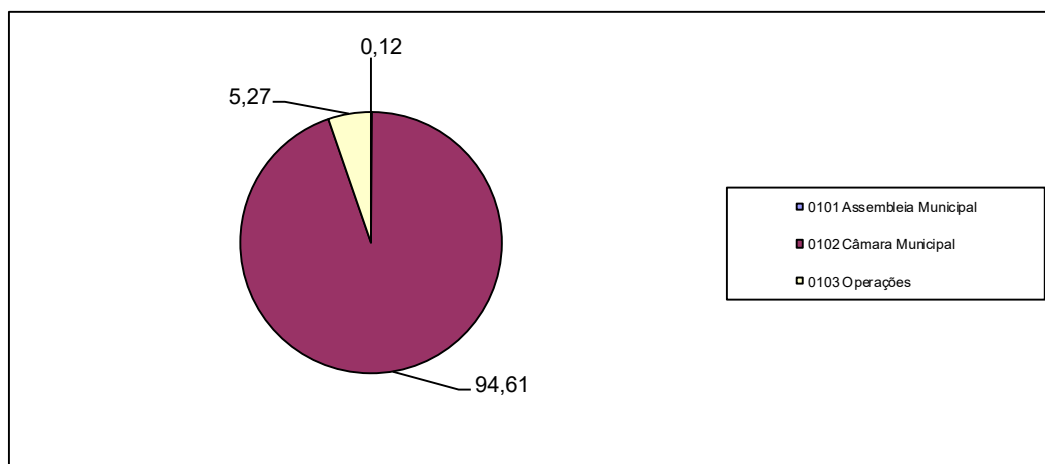
1.2.3.5 – REPARTIÇÃO POR ORGÃOS

Importa, ainda, referir que a utilização dos fundos da autarquia é efetuada pelos vários órgãos, as quais geram orçamentos resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objetivos traçados pelo executivo, com vista a um melhor aproveitamento dos recursos.

Em 2017, a dimensão da intervenção de cada Órgão pode observar-se no seguinte diagrama:

Composição	Valor executado €	%
0101 Assembleia Municipal	23 286,70	0,12
0102 Câmara Municipal	18 011 779,91	94,61
0103 Operações	1 003 393,69	5,27
Total	19 038 460,30	100,00



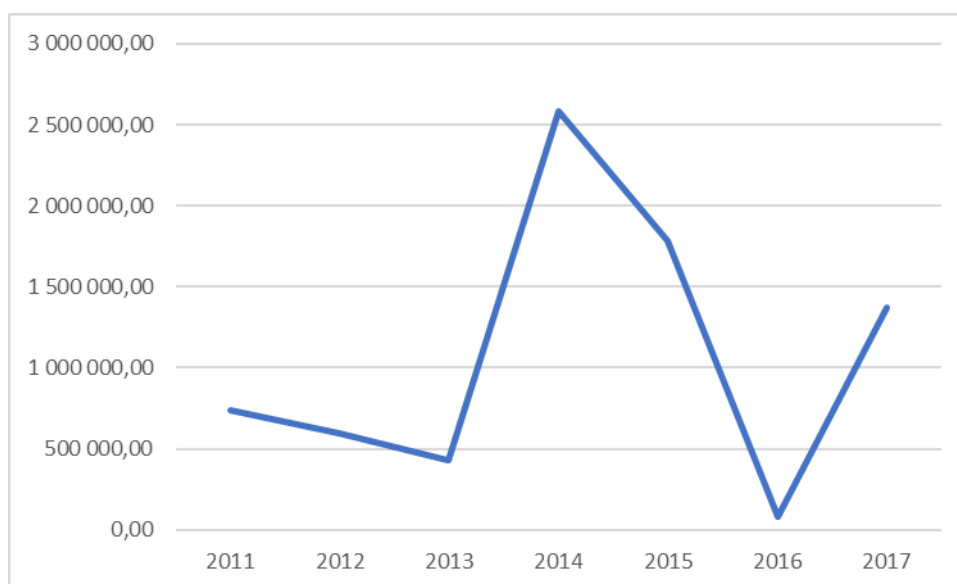


1.2.3.6 – EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Tendo em atenção a natureza dos fluxos monetários registados ao longo de 2017, verificou-se um superavit de 1.367.943,81 euros.

EVOLUÇÃO DO SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	€	€	€	€	€	€	€
Saldo para a gerência seguinte	736 031,38	593 107,05	425 401,40	2 584 143,89	1 785 067,58	80 728,55	1 367 943,81





1.2.3.7 – RÁCIOS

Rácios	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	%	%	%	%	%	%	%
1- Autonomia financeira: capitais próprios/ativo líquido	0,50	0,57	0,61	0,62	0,63	0,65	0,67
2- Cobertura do imobilizado: (capitais permanentes + proveitos diferidos)/Imobilizado líquido	0,96	1,00	1,01	1,03	1,02	1,00	1,01
3- Grau de endividamento: passivo/capitais próprios	0,99	0,75	0,64	0,62	0,58	0,53	0,49
4- Liquidez geral: (ativo circulante/passivo c.p.)	0,35	1,03	5,33	6,79	3,83	2,02	3,03
5- Liquidez reduzida: (ativo circulante – Existências)/ passivo c.p.	0,31	0,95	4,93	6,40	3,60	1,79	2,81
6- Liquidez imediata: disponibilidades/passivo c.p.	0,15	0,29	1,28	3,56	1,83	0,20	1,33
7- Solvabilidade: (capitais próprios/passivo)	1,01	1,33	1,56	1,63	1,74	1,88	2,03

A autonomia financeira da Autarquia aumentou 0,02 p.p. em relação a 2016.

O grau de endividamento diminuiu 0,04 p.p. em relação a 2016, o que significa uma diminuição da dependência da Autarquia face a terceiros.

Relativamente à liquidez, a Autarquia ficou com mais meios para fazer face às suas dívidas de curto prazo.

2 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económica - financeira que se apresenta, sintetiza os resultados alcançados pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017. A presente análise deverá ser realizada em conjugação com a Demonstração de Resultados e o Balanço da Autarquia.

2.1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Câmara Municipal da Ribeira Grande encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2017 com o Resultado Líquido de 4 317 897,16 euros.
As componentes do Resultado Líquido são as seguintes:





	Valor
	€
Resultados Operacionais	2 520 316,57
Resultados Financeiros	572 129,95
Resultados Correntes	3 092 446,52
Resultados Extraordinários	1 225 450,64
Resultado Líquido do Exercício	4 317 897,16

A estrutura de resultados apurados no exercício económico de 2017 foi fortemente influenciada pelos Resultados Operacionais.

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

	Valor
	€
Proveitos Operacionais:	
Vendas e Prestação de Serviços	3 892 371,41
Impostos e Taxas	3 163 485,93
Trabalhos para a própria entidade	45 103,46
Proveitos suplementares	0,00
Transferências e Subsídios Obtidos	10 486 728,69
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00
Total	17 587 689,49

	Valor
	€
Custos Operacionais:	
Custos Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	430 094,15
Fornecimentos e Serviços Externos	6 194 803,99
Custos com Pessoal	5 042 678,13
Transferências e Sub. Correntes Concedidos	209 205,51
Amortizações	2 683 120,60
Provisões do exercício	105 089,38
Outros Custos e Perdas Operacionais	402 381,16
Total	15 067 372,92

O conjunto dos Proveitos Operacionais, que em 2017 representou cerca de 85,65% dos proveitos globais da Autarquia, está fortemente condicionado pela evolução das Vendas e Prestação de Serviços, dos Impostos e Taxas, que resultam sobretudo do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), e das Transferências e Subsídios Obtidos, donde se realça o Fundo de Equilíbrio Financeiro.





Os Custos Operacionais representam cerca de 92,92% dos Custos Totais. Os Fornecimentos e Serviços Externos, os Custos com Pessoal e as Amortizações detêm um peso decisivo sobre a sua estrutura.

Os Proveitos Financeiros, que incluem juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a prazo e rendimentos de terrenos, registaram valores significativos, suficientes para cobrirem os Custos Financeiros.

Os Custos Extraordinários sobressaem ao nível dos Custos as Transferências de Capital para Juntas de Freguesia, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, e para Outras Instituições.

Relativamente aos Proveitos Extraordinários, evidenciam-se as transferências de Capital recebidas (contabilizadas de acordo com a vida útil dos bens), Ganhos em Imobilizações, os Benefícios de Penalidades Contratuais, que surgem das multas, juros de mora, e dos Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários.

Os Proveitos Extraordinários foram suficientes para cobrir os Custos Extraordinários.





2.2 – SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Da comparação dos Balanços, ressaltam alterações significativas na situação financeira e patrimonial da Câmara Municipal da Ribeira Grande sendo de destacar os seguintes aspetos:

	31-Dez11	31-Dez12	31-Dez13	31-Dez14	31-Dez15	31-Dez16	31-Dez17
	€	€	€	€	€	€	€
Imobilizado Bruto	142 098 318,92	146 784 479,13	149 511 221,77	156 009 085,00	163 632 403,83	171 581 192,13	175 837 561,89
Amortizações Acumuladas	13 021 460,60	14 967 686,40	17 065 356,99	19 357 521,07	21 752 129,30	24 216 062,98	26 700 595,24
Imobilizado Líquido	129 076 858,32	131 816 792,73	132 445 864,78	136 651 563,93	141 880 274,53	147 365 129,15	149 136 966,65
Ativo Líquido	131 694 845,97	135 546 554,19	135 852 638,23	142 017 978,74	146 568 385,13	149 680 909,81	152 559 640,40

- No Ativo Imobilizado Líquido observou-se um crescimento de 1,7 milhões de euros ocasionado pelo esforço do investimento efetuado no ano;
- O Ativo Líquido registou um aumento de 2,8 milhões de euros;

	31-Dez11	31-Dez12	31-Dez13	31-Dez14	31-Dez15	31-Dez16	31-Dez17
	€	€	€	€	€	€	€
Fundos Próprios	66 051 899,50	77 239 710,84	82 854 333,59	87 928 532,69	93 021 639,77	97 736 821,32	102 257 005,15
Passivo de Médio/Longo Prazo	10 937 981,16	12 246 178,99	10 956 705,72	9 695 339,55	8 981 420,77	9 625 994,90	9 521 020,85
Capitais Permanentes	76 989 880,66	89 485 889,83	93 811 039,31	97 623 872,24	102 003 060,54	107 362 816,22	111 778 026,00

- Os Fundos Próprios tiveram um acréscimo de cerca de 4,5 milhões de euros;
- Os Capitais Permanentes registaram em 2017, um acréscimo de cerca de 4,4 milhões de euros, devido ao aumento dos Fundos Próprios.





3 – EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

O valor global das Dívidas de e a Terceiros, respeitantes aos últimos sete exercícios, é de:

	31-Dez11	31-Dez12	31-Dez13	31-Dez14	31-Dez15	31-Dez16	31-Dez17
	€	€	€	€	€	€	€
Dívidas de Terceiros							
Curto Prazo	815 234,20	2 081 031,14	1 872 885,96	1 884 863,70	1 833 336,07	1 339 943,26	1 262 455,47
Total	815 234,20	2 081 031,14	1 872 885,96	1 884 863,70	1 833 336,07	1 339 943,26	1 262 455,47
Dívidas a Terceiros							
Médio e Longo Prazo							
Instituições Financeiras	10 937 981,16	12 246 178,99	10 956 705,72	9 695 339,55	8 981 420,77	9 625 994,90	9 521 020,85
Curto Prazo	7 466 116,86	3 644 907,65	638 654,72	790 020,97	1 224 728,41	1 151 165,42	1 130 850,80
Total	18 404 098,02	15 891 086,64	11 595 360,44	10 485 360,52	10 206 149,18	10 777 160,32	10 651 871,65

Desta forma, sublinha-se que a DÍVIDA DE TERCEIROS (Ativo) motivada pelos créditos sobre utentes de rendas de habitações sociais, de rendas de bares, de ocupação do mercado municipal, de entradas na Caldeira Velha e Museus, de utentes de águas, e de transferências em atraso do Governo Regional.

Na DÍVIDA DE TERCEIROS, a rubrica "Outros devedores" que totaliza 864.351,30€ inclui 704.968,04€ dos contratos ARAAL celebrados com a Direção Regional de Habitação (Serviço da dívida e PROHABITA do 2º semestre de 2016, 1º e 2º semestre de 2017), 114.659,23€ do reembolso de IVA da empresa municipal Ribeira Grande Mais, 32.812,50€ de devedores pela venda de património e 11.911,53€ do empréstimo da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo utilizado em finais de dezembro cuja execução orçamental só ocorreu no início de 2018.

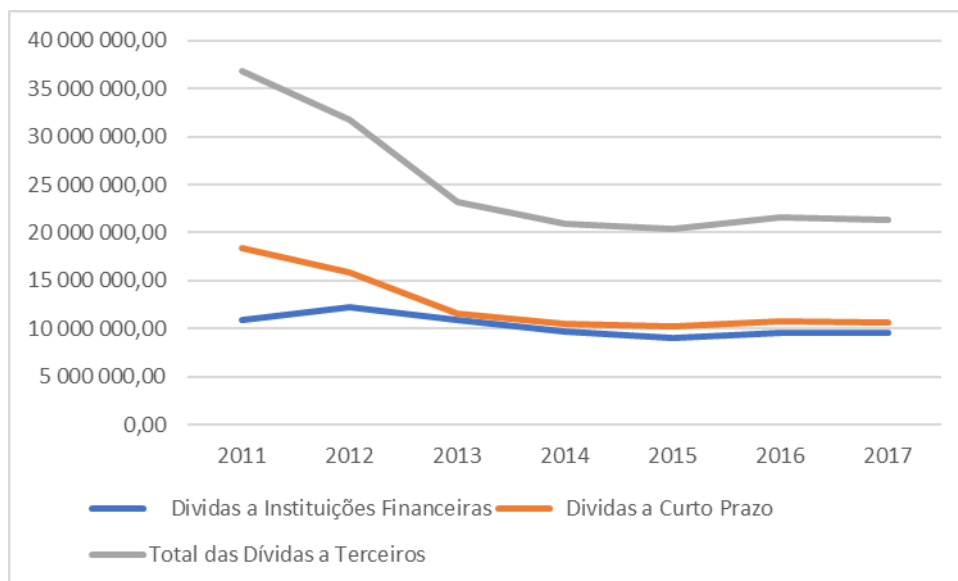
Ao nível das DÍVIDAS A TERCEIROS (Passivo), verificou-se um aumento de cerca de 445 mil euros, motivada pelo aumento da dívida a terceiros de médio e longo prazo (dívida a Instituições Financeiras) em 539 mil euros.

A dívida a terceiros de curto prazo diminuiu cerca de 93 mil euros devido à diminuição das dívidas a fornecedores e aos "Outros Credores" nomeadamente do FAM cujo valor em 31-12-2017 é de 485.301,45€. De referir que o valor dos fornecedores de imobilizado inclui 319.500,00€ de 3 escrituras que estão a ser pagas por planos de pagamentos que se vencem em 2018.





EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS



4 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 «Património» corresponda a 20% do ativo líquido e deve constituir-se o reforço anual da conta 571 «Reservas legais», no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, para cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal da Ribeira Grande, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 4.317.897,16 euros seja aplicado da seguinte forma:

Constituição de Reservas Legais: 215.894,86 euros;
Reforço do Património: 575.746,12 euros;
Resultados Transitados: 3.526.256,18 euros.

Ribeira Grande, 27 de março de 2018

O Presidente da Câmara

Alexandre Branco Gaudêncio

